



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM MINAS GERAIS (Unidade Belo Horizonte)

AO JUÍZO FEDERAL DA 5ª VARA DO TRABALHO DE BETIM.

CumSen nº **0010260-94.2020.5.03.0142.**

A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, através do Defensor Público Federal que esta subscreve, nos termos do decidido no Processo Administrativo nº 2020/004-02467, acudindo ao determinado no Despacho constante do ID **fc07067** dos autos acima discriminados e em que figuram como exequente o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública da União e a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos do Rompimento da Barragem Mina Córrego Feijão Brumadinho – AVABRUM e, como executada, **HOSPITAL IMACULADA CONCEIÇÃO**, ora em curso perante este nobre Juízo e Secretaria – processo acima indicado -, vem expor o segue:

A Entidade beneficiária, no ID fa92f9e, requer autorização para utilização de parte dos recursos (até 40%) liberados para pagamento de profissionais médicos e, o restante (60%), para aquisição de insumos, materiais, medicamentos e aquisição de uniformes privativos, conforme explicitado no Plano de Trabalho.

Tal como registrado em manifestações precedentes relacionados a casos similares, os valores destinados e transferidos à Entidade beneficiária, devem, de um lado, cumprir o propósito específico de auxiliar nas medidas emergenciais de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes da pandemia do COVID-19, assim como, de outro lado, devem significar um legado (estrutural permanente) para a saúde pública do Estado de Minas Gerais, especialmente para a região afetada pelo desastre.



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM MINAS GERAIS (Unidade Belo Horizonte)

No entendimento da Defensoria Pública, os valores disponibilizados devem ser utilizados, preferencial e prioritariamente, na aquisição de bens de capital e/ou bens de consumo duradouro, a exemplo de equipamentos médicos, como respiradores pulmonares, monitores cardíacos, camas hospitalares, aparelhos de tomografia, ou, ainda, reformas de áreas hospitalares com vistas à sua ampliação e consequente oferta de novos leitos no sistema público de saúde. É que, conferindo esta destinação aos recursos, a tragédia da Vale em Brumadinho, ao mesmo tempo em que dá concretamente a sua contribuição para as necessidades emergenciais decorrentes da pandemia do Coronavírus, também proporciona um legado permanente para a saúde pública dos mineiros, especialmente aos mineiros da região afetada pelo desastre.

A partir deste norte, a Defensoria Pública da União, a vista do decidido pelo Comitê Gestor, comunga do entendimento explicitado pelo **Ministério Público do Trabalho** no ID 74ec959 e pela **AVABRUM** (ID abcb3f9) e também manifesta concordância com o pedido de autorização formulado pela Entidade Beneficiária, eis que em conformidade com os parâmetros definidos pelo Comitê Gestor.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2020.

João Márcio Simões  
Defensor Público Federal  
E